

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 165.365 - SP (2019/0117028-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : MICHAEL DAVID GETCHELL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
SUSCITADO : JUÍZO DA 61ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA EMPRESARIAL E
CONFLITOS DE ARBITRAGEM - SP
INTERES. : DHR BRASIL SERVICOS DE CONSULTORIA EM RECURSOS
HUMANOS LTDA.
ADVOGADOS : FLÁVIO IGEL - SP306018
NEIL MONTGOMERY - SP146468
HELENA PENTEADO MORAES CALDERANO - SP302459

DECISÃO

Cuida-se de **conflito positivo de competência** suscitado por MICHAEL DAVID GETCHELL em face do r. JUÍZO DA 61.ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO-SP, que processa a Reclamação Trabalhista n.º 1001192-53.2018.5.02.0061, movida em face de DHR BRASIL, e o r. JUÍZO DE DIREITO DA 2.ª VARA EMPRESARIAL E CONFLITOS DE ARBITRAGEM-SP, onde tramita a Ação de Exclusão de Sócio n.º 1061447-36.2018.8.26.0100, que também ajuizou contra a mesma ré.

Sustenta que: (i) "(...) o objeto da ação de exclusão de sócio movida pela DHR BRASIL é, como tal, a exclusão de Michael como sócio da sociedade."; (ii) "(...) Diante da rescisão do contrato de trabalho comunicada inclusive por e-mail10 (Doc. 04), e das falaciosas alegações trazidas pela DHR BRASIL, Michael, por sua vez, moveu ação trabalhista, em que visa o reconhecimento de seu vínculo empregatício com a DHR BRASIL, bem como a conseqüente condenação da empregadora ao pagamento das verbas contratuais e rescisórias devidas, com a compensação do valor já pago (R\$ 660.000,00), objeto da transferência questionada"; (iii) "(...) sendo reconhecido o vínculo empregatício entre Michael e DHR BRASIL, não há que se falar em extinção de vínculo societário."; (iv) "Por essa razão, e nos termos do art. 313, V, "a", do Código de Processo Civil é plenamente justificado o pedido de suspensão da Ação de Exclusão de Sócio até o julgamento da Reclamação Trabalhista, bem como o reconhecimento do juízo trabalhista como competente para decidir acerca da natureza jurídica da relação havida entre Michael e DHR BRASIL."; (v) "A despeito disso, o Juízo Estadual e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ignorando o objeto da ação movida pela DHR BRASIL (exclusão de sócio), não apenas indeferiu o pedido de suspensão

Superior Tribunal de Justiça

processual, como declarou que o sentenciamento da Ação de Exclusão de Sócio estava prestes a ocorrer, sob a justificativa (deveras equivocada), de que este julgamento independeria da decisão da Reclamação Trabalhista, uma vez que a existência ou não de vínculo de emprego não alteraria a condenação do réu à devolução dos valores (Doc. 05 e 06)"; (vi) "A açodada conclusão do MM. juízo estadual mostra-se frágil e em sentido oposto ao da legislação pátria, visto que foi tomada sem considerar que o objeto principal da ação movida pela DHR BRASIL é a exclusão de Michael do quadro de sócios da DHR BRASIL, e não a devolução de valores (sendo esta a consequência daquela, conforme consta na própria ação)"; (vii) "Tampouco considerou-se que, na Reclamação Trabalhista, houve pedido expresso para compensação do valor já pago ao Suscitante, o que deverá ser descontado das verbas contratuais e rescisórias inadimplidas pela DHR BRASIL."

Requer, preliminarmente, a suspensão da Ação de Exclusão de Sócio movida pela DHR BRASIL, em trâmite perante o Juízo cível, até o julgamento da reclamação trabalhista que se processa perante o Juízo laboral. No mérito, requer a declaração da competência exclusiva do Juízo da 61.^a Vara do Trabalho de São Paulo-SP, para processar e julgar a matéria relativa à existência de vínculo empregatício entre o autor e a DHR BRASIL (fls. 3-21).

Foram prestadas informações pelos juízos suscitados (fls. 208-216 e 232-235).

Apesar de intimado, o Ministério Público Federal se eximiou de emitir parecer quanto ao mérito (fls. 219-221).

É o relatório.

Decide-se.

1. Nos termos do art. 66 do NCPC, o conflito de competência se configura quando dois ou mais juízes declaram-se competentes ou consideram-se incompetentes para o processamento e julgamento de uma mesma demanda ou quando existir controvérsia acerca da união ou separação de processos entre duas ou mais autoridades judiciárias.

A situação em análise, todavia, não se amolda às hipóteses previstas no referido dispositivo.

Depreende-se dos autos que o suscitante MICHAEL ajuizou reclamação trabalhista contra a DHR, objetivando o reconhecimento de vínculo empregatício com a ré. Por outro lado, também propôs Ação de Exclusão de Sócio contra a mesma ré, perante o Juízo de Direito da 2.^a Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Foro

Superior Tribunal de Justiça

Central da Comarca de São Paulo-SP.

Ocorre que, consoante se pode depreender do contexto dos autos, além da reclamatória na qual se pretendeu **o reconhecimento do vínculo empregatício entre as partes**, já ter sido julgada improcedente (fls. 232-235), o objeto da ação ordinária que tramita na justiça comum é diverso, qual seja, **a exclusão do autor do quadro societário da empresa e a condenação ao pagamento de quantias desviadas em detrimento da sociedade e usufruídos pelos réus** (fl. 233). Nesse contexto, apesar das ações revelarem identidade de partes, não há sequer relação de prejudicialidade entre elas, razão pela qual, inexistente perigo de serem proferidas decisões conflitantes, ensejador do incidente proposto pelo suscitante.

Exatamente nestes termos se manifestou o r. Juízo comum, *litteris* (fl. 234):

(...)

Contudo, tendo o Juízo Trabalhista designado e realizado audiência de instrução na reclamação, opôs os réus conflito positivo de competência entre aquele e este da 2ª Vara Empresarial de São Paulo, postulando a suspensão liminar do feito e o reconhecimento da competência do Juízo Trabalhista quanto à natureza da relação jurídica entre as partes.

Ressalto, por fim, que este Juízo não pretende sobremaneira analisar a natureza de tal relação [até porque não possui competência constitucional a tanto], mas apenas eventual justa causa para a desconstituição de uma situação formalizada em contrato social.

(...)

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES DOS JUÍZOS SUSCITADOS HÁBEIS A CARACTERIZAR A EFETIVA EXISTÊNCIA DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE ELES.

1. Nos termos do art. 115, I, do CPC, a configuração de conflito de competência, pressupõe que duas ou mais autoridades judiciárias, de esferas diversas, declarem-se competentes ou incompetentes para apreciar e julgar determinado feito, ou para praticar atos processuais na mesma causa.

2. Na hipótese dos autos, contudo, não restou evidenciada a existência de manifestação dos juízos suscitados acerca de sua competência para o julgamento do pedido do suscitante, havendo, apenas, decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em sentido contrário àquela proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o que não é suficiente para a caracterização da existência de conflito entre os referidos juízos.

3. A agravante não trouxe argumentos capazes de afastar os termos da decisão agravada.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 126.379/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2013, DJe 21/08/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.

Superior Tribunal de Justiça

PRIMEIRA E SEGUNDA SEÇÃO DO STJ. DECISÃO DE RELATOR. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS ÓRGÃOS SUSCITADOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 115 DO CPC. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

1. Para a caracterização de conflito de competência, é necessário que haja a manifestação de dois juízos, ambos declarando-se competentes ou incompetentes, ou ainda que entre eles surja controvérsia acerca da reunião ou separação de processos.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no CC 122.832/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/04/2013, DJe 24/04/2013)

Assim sendo, fica clara a ausência de elementos caracterizadores do conflito de competência, motivo pelo qual se revela inarredável o não conhecimento.

2. Do exposto, **não conheço** do presente conflito.

Publique-se. Intimem-se. Oficie-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator